

## **Produzindo a liberdade e inventando a escravidão: esconderijos e fugitivos na Corte, 1809-1847**

Raphael Neves<sup>1</sup>

A fuga de escravos sempre foi uma tônica no sistema escravista. E no Brasil, no século XIX, isso não fora diferente. O regime de trabalho escravo era a base da sociedade oitocentista brasileira. Herança do período colonial, todas as atividades manuais os escravos desempenhavam, desde as tarefas mais braçais como, carregadores de sacas de café – até aquelas consideradas especializadas – por exemplo, as ocupações de carpinteiro, pedreiro, ferreiros, costureiras, alfaiates, ourives, barbeiro, copeiro, jardineiro, cozinheiro – não havendo qualquer incompatibilidade entre escravidão e o desenvolvimento da vida urbana no Rio de Janeiro. Numa sociedade que desprezava o trabalho manual, o labor e o escravo caminhavam de mãos dadas e por isso importaram-se maciças cifras de africanos a fim de serem escravizados do outro lado do Atlântico, para atender a demanda por mão-de-obra. Apesar de ser visto pelos senhores como necessário, o sistema escravista convertera-se em constante motivo de temor da sociedade oitocentista, sobretudo a partir do levante de escravos na colônia francesa de São Domingos, culminando na formação do Haiti.

As fugas de escravos apenas deixavam esse problema em estado de latência. Perguntavam-se os senhores, para que os escravos fugiam? E movidos pelo medo e pavor, tudo conspirava para a eclosão de uma revolta de escravos cujo primeiro objeto seria eliminar os algozes, a população branca. Fazendo, talvez, um estardalhaço maior do que o problema era, justamente para chamar a atenção pública, senhores ininterruptamente reclamavam providências às autoridades policiais a fim delas solucionarem o indesejado problema de desaparecimento dos cativos. Através do relato de viagem de alguns viajantes, baseado no depoimento de integrantes da classe senhorial, notam-se discursos sobre fugas escravas elaborados sem a presença dos constantes temores de haitianização. Viajantes na primeira metade do século XIX – destacando-se o notável artista francês Debret – narraram episódios de fugas escravas e deram suas opiniões sobre o que presenciaram e/ou escutaram de tais fatos, salientando

---

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da UFRRJ, bolsista Capes / Reuni.

que escravos tão-somente fugiam a fim de atender a uma impetuosa ânsia pela ociosidade e vadiagem. Contudo, tal quadro – de banalização – longe estava do que os escravos tinham em vista com suas fugas. Através de anúncios de fuga publicados em periódicos da primeira metade do século XIX e da biografia do africano Baquaqua, emergem escravos que recorriam à fuga para reconstruir suas escravidões e mesmo produzir a liberdade a partir de suas experiências e expectativas forjadas dentro do cativeiro.

### **Discursos senhoriais sobre fujões e seus refúgios**

As histórias de fracasso de fugas escravas no Rio de Janeiro, comparadas a de sucesso, sempre tiveram maior repercussão nas movimentadas ruas da cidade. Se o êxito de uma fuga dependia necessariamente da eliminação de qualquer tipo de alarde entre a população e do emprego correto pelo fujão dos “trajes da invisibilidade”, visando assim não deixar rastros para seus algozes persegui-los, o fracasso de uma fuga deveria fundamentalmente reverberar pela cidade toda. Seus ecos tinham que ser escutados e constantemente repetidos, se possível, em todos os instantes. As humilhações decorrentes da captura deveriam de ser, obrigatoriamente, evidentes. Para os escravos fugidos havia uma série de castigos aplicados de acordo com a gravidade e frequência de suas fugas: freqüentemente seus corpos exibiam as frescas cicatrizes das chibatadas que tomaram por tamanha insolência; outros escravos capturados após uma fuga, além do costumeiro açoite no pelourinho, eram colocados na prisão do Calabouço; para aqueles fujões mais persistentes, que não desistiam do intento da fuga, acabavam sendo vendidos para cidades longínquas, “fora da terra” – conforme expressão de época. Mas nenhuma delas era carregada e compartilhada de tamanho simbolismo como os asquerosos colares de ferros. Através deles toda a população identificava um escravo fujão e compreendia quão problemático ele era para seu senhor e para o regime escravocrata, devendo ser mantido sobre toda atenção o possível. Em tais escravos pairava toda espécie de reprovação social. Eles, que eram constantes fontes de mau exemplo dentro do cotidiano da escravidão – em especial para seus companheiros de senzala –, quando saíam às ruas para suas labutas diárias portando esses apetrechos de

ferro, além de angariarem o pecúlio do ganho aos seus senhores, espalhavam pedagogicamente que jamais deveriam ser imitados: eles deixavam bem claro o quão detestável uma fuga era para a classe senhorial, bem como poderia se tornar insuportavelmente indigesta para os próprios escravos que se atreviam a se evadir do domínio senhorial e eram – mais cedo ou mais tarde – capturados.

Essa costumeira cena da escravidão nas ruas do Rio de Janeiro inspirou Debret a pintar sua prancha de nº 42, a qual retrata cinco escravos com gorilhas em diferentes partes do corpo entregues as suas atividades. A maioria deles, segundo ilustrou Debret, eram escravos que labutavam pelas ruas, muitos ao ganho, vendendo frutas, legumes, quinquilharias. Percorriam

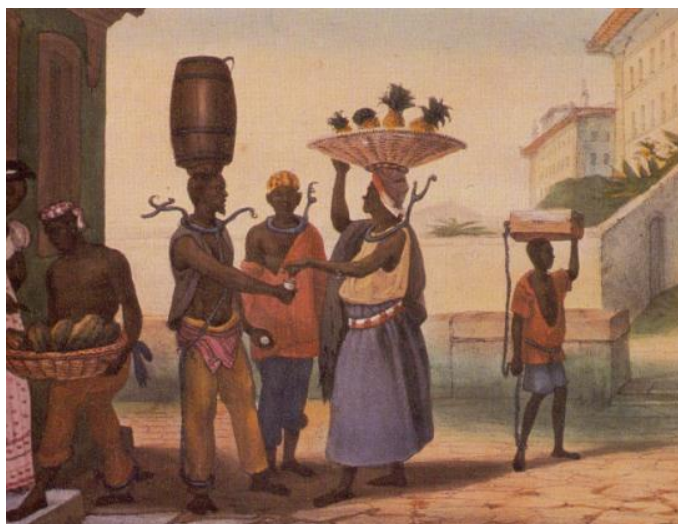


Ilustração 1: Prancha N° 42 de Debret, “O colar de ferro, castigo dos negros fugitivos”.  
(DEBRET, 1989, Prancha nº 42)

doravante as ruas portando o sinal da vitória senhorial. Agora, após o fracasso de uma fuga, voltavam ao domínio senhorial, ao antigo trabalho, as mesmas condições impostas por seus senhores – ou talvez até piores, uma vez que a punição senhorial por causa da fuga deveria se propagar por praticamente todas as facetas sociais da vida do escravo. Estavam não só mais vigiados, como se deparavam com a maior exigência senhorial, além de atraírem a atenção de todos por onde passavam. A sociabilidade deles estaria comprometida com aquele estigma repugnante. Só quem estava naquela situação, ou já a havia vivenciado, compreendia a execrável sensação que um colar de ferro atraía. Autoridades públicas os olhavam com menosprezo e desdém enquanto que os outros

escravos cochichavam – e até debochavam – entre si sobre a sorte desses fujões.<sup>2</sup> Queriam saber dos erros, bem como dos acertos aplicados durante a fuga e sobre o desdobramento dos castigos após a captura até que eles tivessem retornado às ruas ostentando o emblema da derrocada. Nem mesmo os escravos que carregavam enormes fardos sobre suas cabeças escapavam dos colares de ferro. Para Debret isso não passou despercebido, pois, além de registrar – impressionado com certeza – como os escravos conseguiram equilibrar grandes cargas sobre suas cabeças pelas agitadas ruelas – tortuosas, curtas e desniveladas – da cidade do Rio, deve ter ficado mais pasmado ainda como eles faziam isso com seus movimentos corporais limitados. Um deles, retratado com destaque na Ilustração 1, trabalhava com uma argola de ferro no pescoço e outra no calcanhar, sendo unidas por uma corrente de ferro. Tantos utensílios em seu corpo deveriam ser uma adicional dificuldade para equilibrar o pesado barril d' água sobre sua cabeça, enchido numa das fontes da cidade. Sobre esses instrumentos que causavam não poucos tormentos aos fujões que fracassavam e também desencorajam outros escravos disposto a trilhar caminhos semelhantes, Debret registrou o seguinte:

*O colar de ferro é o castigo aplicado ao negro que tem o vício de fugir. A polícia tem ordem de prender qualquer escravo que o use, quando encontrado de noite, ou vagabundeando na cidade, e de deixá-lo na cadeia até o dia seguinte. Avisado então, o dono vai procurar o seu negro ou o envia, acompanhado por um soldado, à prisão dos negros no morro do Castelo. [...]*

*O colar de ferro tem vários braços em forma de ganchos, não somente no intuito de torná-lo ostensivo, mais ainda para ser agarrado mais facilmente em caso de resistência, pois, apoiando-se vigorosamente sobre o gancho, a pressão inversa se produz do outro lado do colar, levantando com força o maxilar do preso; a dor é horrível e faz cessar qualquer resistência, principalmente quando a pressão é renomada com sacudidelas.*

*Alguns senhores mais bondosos, ou no caso de uma jovem negra fugitiva, contentam-se da primeira vez em colocar o colar de ferro, pois de costume, em semelhantes circunstâncias, aplicam-se previamente cinquenta chibatadas, e o dobro em caso de reincidência. Pode-se ainda aumentar o castigo acrescentando-se uma corrente de trinta a quarenta libras presas a uma argola fixada no tornozelo e a uma outra, à cintura. Sendo ainda criança o escravo, o peso da corrente é apenas de cinco a seis libras, fixando-se uma das extremidades no pé e outra a um cepo de madeira que ele carrega à cabeça durante o serviço. Todas essas precauções parecem entretanto inúteis, pois a ânsia de fugir é imperiosa entre os negros [...]. (DEBRET, 1989: 167).*

---

<sup>2</sup> Schlichthorst, ex-oficial do exército imperial, comenta em seus relatos sobre a cidade do Rio de Janeiro entre 1824 e 1826 que os escravos fugidos que foram capturados e portavam uma gargalheira no pescoço eram apelidados por seus companheiros satiricamente de “cavalheiro”. Para mais ver SCHLICHTHORST, 2000: 143.

Essas argolas de ferro eram multifuncionais: ajudavam não só a identificar o quão rebelde tal escravo era, como também minavam a sociabilidade dos escravos que a portavam, além de os atrapalhar caso tentassem fugir novamente. Escravos fora de horas, circulando pela cidade madrugada adentro com esses colares devem ter feito a alegria de muitos capitães-do-mato, que, antes de abordá-los, já vislumbravam seus pecúlios aumentados em mais alguns vinténs sem grande dispêndio de força e energia bruta. As hastes desses colares facilitavam em muito na hora de imobilizar os fujões: com um puxão certo eles ficavam asfixiados e despencavam no chão com fortes dores no pescoço. Talvez o relato de Debret sobre fugas escravas descrevessem com tanta ênfase os castigos para escravos capturados por causa desses superestimados escravos supliciados com as tradicionais argolas de ferro.

Se o ato de fugir realmente envolvia tanta desventura, por que então os escravos insistiam nele? Os proprietários lesados por causa de fugas escravas davam como resposta que era pelo fato deles não terem moral e se guiarem unicamente pelos seus impulsos bárbaros. Eles eram tão-somente negros que não queriam trabalhar, visando com isso sabotar seus senhores. Fora da devida proteção e orientação paternal dos senhores de escravos, não havia nada a enaltecer nos escravos. Então, tudo o que os escravos realizassem seria reprovado e entendido como uma deliberada afronta por seus proprietários (CHALHOUB, 2003: 17-93). Só era imaginável para a classe senhorial escravos agindo mediante disciplina de uma vida regrada pela moral a partir da orientação paternalmente ministrada por eles. É exatamente isso que Spix, no ano de 1817, dava a entender quando ressalta que os artesãos na cidade do Rio trabalhavam junto com os seus escravos. Esses, consoante o zoólogo bávaro, “sob a severa disciplina dos seus senhores aprendem, além da habilidade e aptidão no ofício, também a virtude da ordem civil” (SPIX, 1981: 75). Mais do que ensiná-los a arte de um ofício especializado, os senhores estariam civilizando-os. A escravidão tornava-se então um pretexto para arrancar os escravos das garras da barbárie e colocá-los no seio da civilização.

Uma vez que os relatos de fuga dos viajantes europeus – geralmente baseados em declarações da classe senhorial – tinham como perspectiva o preconceito e a ideologia paternalista, se questiona o que poderia se ocasionar de uma fuga se ela, já de antemão, não possuía nada que pudesse ser enaltificado, já que os escravos deixavam de

aprender a “virtude da ordem civil”? Viajantes europeus que ouviram a muitos desses senhores de escravos e também assistiram a algumas das cenas do dia-a-dia da escravidão carioca na primeira metade do século XIX – tendo seus olhares guiados pelos apontamentos da classe escravocrata e por uma ideologia do trabalho livre e assalariado que obtinha hegemonia na Europa (SLANES, 1999: 131-208; THOMPSON, 1998: 267-304) – frisaram em diversas oportunidades que os negros, de maneira geral, não se preocupavam com o seu futuro, vivendo o presente sem planos ou projetos louváveis, desejando invariavelmente entregar-se aos prazeres e facilidades do momento. A caricatura dos negros esboçada por esses europeus era desenhada com os tracejados da imoralidade, preguiça, indolência, indisciplina e roubo. Partindo dessa visão que Debret vulgariza as fugas escravas ao máximo, encarando-as como uma atitude imperiosa e instintiva entre os negros, principalmente os africanos, oriundos de uma verdadeira barbárie. Conforme sua descrição, em todo o escravo há algo natural e praticamente obrigatório: a fuga. Por isso, os senhores precisam se antecipar a natureza dos negros e refrear tal ímpeto entre eles para benefício de todos. A fim de comprovar o que afirmava, Debret declarava ter testemunhado um episódio, de um “negro, excelente cozinheiro de uma casa rica da cidade. Depois de ter sido preso e castigado várias vezes, sem que renunciasse ao desejo de fugir, pediu ao senhor que o fizesse acorrentar à mesa da cozinha, junto a qual vivia pacientemente há três anos” (DEBRET, 1989:168). Se o problema desse escravo que exercia o ofício de cozinheiro resolveu-se o acorrentando na mesa, Debret logo em seguida, oferece então ao leitor, o exemplo do que uma pequena porção de liberdade combinada com outra de livre-arbítrio originaria. Quando um determinado senhor caiu enfermo, ele pôde – quiçá um tanto surpreso – contar com a dedicação de um escravo – que sofria do vício de fugir – durante a recuperação de sua saúde. Tal escravo era tão teimoso em fugir que já havia passado “seis a sete anos carregado de ferros, a ponto de não poder correr”. No entanto, exceto o desejo descontrolado por fugir, o escravo agradava ao seu proprietário, pois trabalhava bem e de maneira demasiado estóica. Por isso seu senhor o recompensou paternalmente, tirando aos poucos os ferros dele, até que portasse apenas “uma argola grossa em torno do pescoço e que podia ser escondida pela camisa”. Restabelecido, já em pleno gozo de sua saúde, o senhor retirou o último ferro de seu escravo visto o excelente comportamento dele, principalmente quando ele mais precisou. Nesse instante seus

instintos afloraram com tamanho ímpeto, que a recente premiação concedida por seu senhor foi relegada ao ostracismo e em menos de um mês ele se deixou levar pelo seu funesto anseio de fugir. O final do enredo não poderia ser outro senão marcado por um desfecho dramático: preso mais uma vez, foi exposto a toda sorte de ferros que seu corpo pudesse suportar, não podendo mais sair sozinho sequer para um recado. (DEBRET, 1989:168)

Refletindo sobre o porquê do que acabara de transcrever, Debret segue afirmando que

*[...] os negros não passam de grandes crianças cujo espírito é demasiado estreito para pensar no futuro, e indolente demais para se preocupar com ele.*

*O escravo tem apenas a inteligência do presente; é vaidoso, gosta de se distinguir por um enfeite qualquer: pena, folha. Embora com sentidos de uma agudeza perfeita, não é capaz dessa reflexão que a leva a comparar as coisas e a tirar conclusões [...].*

*O negro é indolente, vegeta por onde se encontra, compraz na sua nulidade e faz da preguiça a sua ambição; por isso a prisão é para ele um asilo sossegado, em que pode satisfazer sem perigo sua paixão pela inação, tendência irreprimível que o leva a um castigo permanente.*

*O amor é menos uma paixão do que um delírio indomável que o induz muitas vezes a fugir da casa de seus senhores, expondo-se, subjugado pelos sentidos, aos mais cruéis castigos. Graças, porém, a mobilidade de suas sensações, ao entrar na prisão, ainda todo ensangüentado do castigo sofrido, esquece suas dores ao som do pobre instrumento africano com que acompanha algumas palavras improvisadas acerca da sua desgraça. Esse temperamento modifica-se, entretanto, nos crioulos, pois existem no Rio procuradores, capelães, antigos militares e musicistas negros, donos de um talento notável. (DEBRET, 1989:168).*

A maneira pela qual Debret decide olhar para os negros – enquanto escravos – era conduzida por preconceitos. Os africanos estavam fadados a um manifesto destino, visto que estavam mais longe da cultura ocidental européia, e conseqüentemente, de seus padrões civilizatórios. Os crioulos, pela menor proximidade com a África – estando inseridos numa comunidade escrava desde seu nascimento, podendo, até mesmo se encontrar numa posição de proximidade do senhor e, portanto, de uma provável alforria – eram aos olhos de Debret menos desprezíveis. Reflexo claro desses estratos sociais no qual as senzalas se organizavam é trazido à tona quando Debret comprova porque o temperamento dos crioulos se distinguia do temperamento dos africanos, ressaltando que no Rio aqueles exercem funções que exigem especialização, certo nível de confiança e “um talento notável”. Em outras palavras, os crioulos

tenderiam a valorizar – um pouco mais que os africanos – o trabalho como mecanismo de mobilidade e ascensão social. Não seriam “grandes crianças” – não tanto quanto os africanos, mais especificamente aqueles africanos boçais, recentemente importados da África e ainda não aclimatados. A partir do instante que o viajante europeu sugere que os crioulos estimam uma ideologia do trabalho, amenizam a situação deles para em contrapartida ressaltar mais ainda o evidente estado irracional dos africanos, que impreterivelmente agiam mais pelas paixões de seus corações deturpados do que pelas luzes da razão.

É nesse quadro de selvageria que Debret, possivelmente inspirado pelo que ouviu de muitos senhores de escravos, monta uma lógica explicativa para as repetitivas fugas de escravos – que mesmo nunca tendo visto e acompanhado completamente seu desenrolar desde o início – sabia que não cessavam, vide os escravos com colares de ferro pelas ruas aumentarem cada vez mais. Eles simplesmente fugiam para ser novamente capturados, açoitados e presos no Calabouço, onde alcançariam então todas as suas ambições. Toda a erudição de Debret não conseguia alcançar mais do que isso. Para o notável artista francês, fugir era um meio para se atender a apenas uma única finalidade: vegetar em estado de completa inanição, sem exercer qualquer espécie de trabalho, mesmo que fosse ao preço das latentes dores e cicatrizes deixadas pelo couro da chibata. Deixava o Calabouço de ser uma prisão com o objetivo de punir e corrigir escravos que transgredissem a ordem e se tornava uma cobiçada recompensa: um “asilo sossegado”. As chibatas, o isolamento, a reclusão social e os possíveis trabalhos forçados impostos pela Intendência de polícia da Corte eram pormenores preteridos ao suposto “descanso” que o fujão usufruía nas “cômodas” dependências do Calabouço.

### **Escapando das armadilhas senhoriais: escravos em fuga e suas estratégias**

Exagero a parte de Debret, a prisão, por certo, era vivenciada de forma distinta pelos escravos. Depois da seção de açoites, o escravo supliciado ficava com seu corpo a dissipar grande volume de sangue. Ficar prostrado no chão talvez fosse à única coisa a se fazer a fim de diminuir a perda de sangue, e se possível, a dor. Menos preguiça e o maior desgaste físico – ameaçando a própria sobrevivência do seviciado – explicam o porquê de o escravo “vegetar” no Calabouço. Esses fujões eram aqueles que os



proprietários prendiam e, mandavam – após o pagamento de uma taxa – para o Calabouço como forma de punição. Para os escravos evadidos capturados pela polícia, o sossego do Calabouço mal era desfrutado. Durante o período de estadia da Corte, uma série de obras públicas, como aberturas de estradas e construções de fontes, além do abastecimento de água e limpeza das ruas e edifícios públicos, ficava sob a alçada da intendência de polícia, que tinha que angariar mão-de-obra – nunca suficiente – para tais atividades (ALGRANTI, 1988: 77-82). Como os senhores se negavam a disponibilizar seus escravos para a intendência, essa acabava utilizando os escravos fujões que capturava. Assim, enquanto seus proprietários não fossem reclamá-los, os escravos evadidos capturados pela polícia eram empregados em trabalhos públicos para realizar as tarefas consideradas as mais degradantes. Eles eram tradicionalmente conhecidos pelo nome de “libambos” (ALGRANTI, 1988: 194).

Talvez Debret e outros interessados em compreender mais sobre fugas escravas e a escravidão devessem ter escutado o que os próprios escravos tinham a dizer ao invés de ouvir supostos intérpretes capazes de traduzir os gestos e falas dos escravos. Os objetivos que os escravos tentavam – às vezes, com estóica parcimônia – negociar e/ou conquistar mediante suas fugas certamente não se reduziam simplesmente a negar o devido trabalho aos seus proprietários e usufruir da ociosidade. A leitura atenta das fontes sugere outros caminhos analíticos, seguindo os passos de uma renovada crítica na historiografia nas suas últimas décadas. Nos anúncios de fugas – pequenos textos produzidos pela classe senhorial visando abreviar o tempo de fuga de seus escravos evadidos – é notório que senhores que usaram desmedidamente de toda a sua truculência e força para dobrar seus cativos, nem sempre foram capazes de solucionar todos os impasses surgidos entre a “casa-grande” e a “senzala”. Manoel de Almeida, por exemplo, após colocar uma pega de ferro na perna direita de seu escravo Francisco Benguela, se viu forçado a escrever um anúncio de fuga prometendo um grande prêmio para quem lhe desse notícias sobre o paradeiro dele, visto que sua ausência já datava mais de trinta dias.<sup>3</sup> Já Antonio Januario Passos se comprometia através de um anúncio de fuga a dar boas alvíssaras para aquele que soubesse de “hum moleque de nação Benguella, por nome Antonio, idade de 16 anos, miúdo do corpo, picado de bexigas, com um ferro no pescoço”. Ambos os casos são de escravos que já haviam fugido –

---

<sup>3</sup> *Gazeta do Rio de Janeiro*, 08/07/1809.

vide estarem portando argolas de ferros pelo corpo – e mostram que somente a repressão descrita e defendida pelos vários senhores de escravos que serviram de fonte para Debret não bastava para evitar a reincidência das fugas caso o problema motivador não fosse solucionado adequadamente e a contento de ambas as partes.

Mediante a leitura dos anúncios de fuga – narrativas originadas pela própria classe senhorial – depara-se, por vezes, com escravos que não fugiam para viver como errantes, a margem da sociedade, cometendo uma série de infrações. Nesses anúncios, além dos detalhes sobre o semblante e porte físico dos escravos, informava-se ao leitor sobre as estratégias utilizadas pelos fujões. Não explicitar uma artimanha de um fujão e/ou fazer dela algo desprovido de racionalidade, por certo, postergaria – talvez para sempre – a captura de um escravo evadido. Diferente de outras fontes produzidas pelas penas dos senhores e das autoridades públicas, os anúncios de fugas muitas vezes tornavam manifestas as ações dos escravos com uma eloquência ímpar.

Quando fugiam, muitos escravos mostraram para seus proprietários que não eram vadios indispostos a trabalhar. O preto José, oficial de pedreiro, ao fugir, não hesitou em levar consigo sua ferramenta do ofício. Por isso, seu senhor rogava “a qualquer mestre pedreiro a quem o mesmo vier a pedir obra” que o capturasse.<sup>4</sup> Quando Luiz Moçambique se evadiu, seu senhor pedia “por favor aos senhores mestres de obra de carpinteiro e pedreiro, que examinem os serventes para que ele não ande introduzido em título em que dá jornal ou em qualquer outra oficina que ocupe escravos”.<sup>5</sup> O senhor do escravo Francisco, oficial de alfaiate, já sabia que ele enquanto se mantinha fugido “está trabalhando em loja do mesmo officio intitulado-se de que he forro”.<sup>6</sup> Em desespero achava-se um senhor quanto ao destino de seu escravo pardo escuro que escapara, uma vez que ele “dá-se a todo o serviço ou seja de Mar, ou de terra”.<sup>7</sup> Sobre o escravo fugido Miguel, de nação Congo, oficial de carpinteiro, seu senhor solicitava que quem o prendesse, o levasse para o Calabouço. Por certo a relação entre eles havia ficado tumultuada além do normal. É quase certo que ele fugira, para, ao seu modo, tentar resolver as pendengas agravadas que travava com seu senhor. A fim de que o

---

<sup>4</sup> *Jornal do Commercio*, 04/08/1830.

<sup>5</sup> *Jornal do Commercio*, 07/08/1830.

<sup>6</sup> *Jornal do Commercio*, 04/08/1830.

<sup>7</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 26/07/1821.

tempo de sua captura fosse abreviado, seu senhor acabou confessando que o escravo Miguel “não he vadio, e por isso estando trabalhando em alguma obra na Cidade, subúrbios, ou em alguma Província deste Império, he fácil ir passando”.<sup>8</sup>

Se escravos não fugiam para viver na vagabundagem, mesmo que ela fosse exercida nas dependências do Calabouço – segundo alegou Debret –, quais eram suas reais intenções ao utilizarem esse recurso? A biografia do africano Baquaqua oferece indícios que ajudam a refletir sobre essa questão. Tendo desembarcando no Brasil, na província de Pernambuco, em pleno período de tráfico ilegal, seu primeiro senhor teria sido um padeiro, aparentemente de Olinda. Ao retratar seu cativo sob domínio desse senhor, Baquaqua apresenta um quadro abarrotado de desfortúnios. Sua labuta começava penosamente, carregando pesadas pedras por longas distâncias para a casa que seu senhor construía. E a pouca sensibilidade de seu senhor para enxergar o esforço mortificante que repetia diversas vezes ao dia irritava-o, acrescentando mais tensão ainda nessa relação naturalmente antagônica. “Às vezes”, lembrava com pesar Baquaqua, “a pedra exercia tamanha pressão sobre minha cabeça que era obrigado a jogá-la no chão. Meu senhor ficava bravo quando isso acontecia e costumava dizer que o cassoari (cachorro) havia jogado a pedra no chão” (BIOGRAFIA, 1988: 274). Mas aos poucos, quando começa a dominar mais a língua portuguesa, conseguindo contar até cem, e por isso, apto para fazer pequenas operações matemáticas com dinheiro, é empregado na venda de pão. Com muito suor pingando do rosto, ele conseguia, labutando até tarde da noite, vender todos os pães do cesto. Mas em dias ruins, voltava para casa carregando alguns pãezinhos dentro do cesto que não foram vendidos. Nesses dias, ganhava, por recompensa, a todos os serviços prestados desde então, pancadas seguidas de alguns açoites. Diante dessa situação de profunda insensibilidade senhorial, mais do que o evidente ódio e raiva, Baquaqua ia alimentado uma grande frustração. A decepção de Baquaqua não se torna plausível partindo da premissa de que era simplesmente devido ao fato de ser escravo e ter um senhor que o oprimia, mas porque seu senhor, fundamentalmente, demonstrava-se aos seus olhos, injusto. “Meus companheiros de cativo não eram tão constantes quanto eu, sendo muito dados à bebida e, por isso, eram menos rentáveis para meu senhor. Aproveitei disso”, recordava com um misto de inconformismo e consternação o africano, “para procurar elevar-me

---

<sup>8</sup> *Jornal do Commercio*, 06/04/1835.

em sua opinião, sendo muito prestativo e obediente, mas tudo em vão; fizesse o que fizesse, descobri que servia a um tirano e nada parecia satisfazê-lo” (BIOGRAFIA, 1988: 275).

A partir de então, quando Baquaqua não vislumbrava mais que suas expectativas quanto a sua escravidão tivessem alguma chance de serem atendidas, o africano começa a seguir o exemplo de seus companheiros de senzala não tão rentáveis quanto ele, gastando as economias adquiridas com a venda dos pães em bebidas alcoólicas. A verdadeira intenção de Baquaqua com isso é muito sutil, não entendida em sua plenitude sem se levar em conta sua própria experiência de cativo com seus pares e seu senhor. Como o tornar-se beberrão e não rendoso ao seu senhor não davam o esperado resultado, Baquaqua decidiu finalmente fugir, rememorando nesse momento suas reais intenções ao cometer seguidas faltas: “as coisas iam de mal a pior e *estava muito ansioso para trocar de senhor, então tentei fugir*, mas logo fui apanhado, atado e restituído a ele (Grifo meu)” (BIOGRAFIA, 1988: 275). Em meio ao agravamento do embate entre Baquaqua com seu senhor culminando com sua fuga, é interessante salientar que ele em momento algum visava fugir para se internar dentro da floresta, ou viver solitariamente, e menos ainda sem exercer trabalho algum. Ele anelava trocar de cativo visando ficar sob o poder de um senhor que estimasse o seu trabalho e não fosse injusto a ponto de se assemelhar a um tirano que não diferenciava o tratamento dispensado entre um rendoso escravo e outro beberrão pouco lucrativo. Devido a insistência de seu senhor em não querer se desfazer dele, apesar de toda a sua ansiedade – vide os seus gestos – para trocar de senhor, que Baquaqua realiza sua fuga, para então ser escravo de outro senhor.

A luz da história de Baquaqua outras fugas de escravos descritos por seus senhores como rendosos e, por isso, bons trabalhadores, podem ser entendidas. Esse provavelmente deveria ser o caso do crioulo Feliciano, oficial de pedreiro. Seu senhor, por certo, já havia recebido mostras – e quiçá solicitações – de Feliciano crioulo para ser vendido para um senhor – de sua escolha – que já lhe havia prometido ganhos que aproximariam sua escravidão da liberdade. Por isso, quando fugiu, seu senhor não deixou de mencionar num anúncio de fuga – fora os tradicionais comprometimentos de boas alvíssaras para quem capturasse o fujão – que “no caso de elle estar agregado em

alguma caza de representação com o [título de forro] e o queirão comprar”,<sup>9</sup> que o procurasse para tratar da negociação do dito escravo.

### **Perniciosas conseqüências de uma fuga: escravos exercendo autonomia**

O que foi apresentado de modo algum pretende esgotar todos os alvos que os escravos pretendiam alcançar mediante suas repetitivas fugas na primeira metade do século XIX. Antes, procurou-se perceber os limites que as implicações de uma fuga alcançavam: poderiam até modificar os parâmetros de determinadas escravidões. Cada escravo vivenciou de maneira muito peculiar a sua fuga, consoante a forma como sua individualidade foi e continuou a ser construída. Com objetivos os mais diversos, escravos se ausentaram e muitos deles não mais se apresentaram para seus respectivos proprietários. Contudo, algumas considerações sobre as fugas escravas, a fim de concluir este artigo, se fazem necessárias, pois, embora ela se destaque pela forma particular como foi encarada por cada cativo, ela não era um ato explicado simplesmente por causa da personalidade do escravo. As fugas escravas sempre estiveram com seus significados em (re)elaboração nas cidades escravistas, sendo compartilhadas por diversos lugares sociais. Escravos evadidos, principalmente nos mundos urbanos, não fugiam – tornando-se vulneráveis a inúmeros perigos e a prováveis retaliações senhoriais no caso de captura – para trocar a vida numa sociedade opressora por uma de eremita marcada unicamente pela inatividade e indolência. Pelo contrário, eles, quando fugiam, contavam com a ajuda e auxílio de diversas personagens – escravos, forros e livres de diferentes segmentos sociais – sensíveis e/ou com interesses na sua causa. Esses escravos tinham consciência que ao percorrer tal caminho, poderiam conseguir aproximar, até que fossem borradas, as fronteiras da escravidão com a liberdade, mas também, distanciá-las mais ainda. O caso de Baquaqua demonstra que ele pretendia trocar de senhor e por isso decidiu fugir. Do crioulo Feliciano, seu senhor tinha certeza de que estava sendo acoitado por alguém – senão não teria indicado sua disposição em acertar sua venda para aquele que estivesse empregando-o. Não se pode menosprezar isso, pois o fato de escravos escolherem

---

<sup>9</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 19/07/1821.

autonomamente para quem e como iriam trabalhar sobressaltava tremendamente a classe senhorial.

Baquaqua e o crioulo Feliciano, colocados diante das análises de Debret, reiteraram que diante das fugas predominavam dois discursos: o da classe senhorial de um lado, e o dos escravos, do outro. De modo algum, a fala do primeiro sobre as fugas escravas deve ser aceita como a última palavra a respeito da ação dos segundos. A classe senhorial, lesada por causa da fuga de seus escravos, apenas ressaltava nelas mais uma patente prova de que os escravos eram naturalmente predispostos a ociosidade, e fora da devida orientação senhorial, eles não conseguiriam guiar devidamente suas vidas. O livre-arbítrio não deveria estar à disposição dos escravos, pois eles eram apenas crianças imaturas, sem capacidade para planejar seus futuros com as virtudes daqueles movidos por uma ética que visava o lucro através do trabalho. Se a classe senhorial preferia enxergar seus escravos desta maneira, cabe ressaltar, que os próprios escravos não se entendiam tão incapazes. Quando fugiam, mostravam para seus proprietários que não eram vadios indispostos a trabalhar. Fugir para trocar de senhor e, conseqüentemente, alterar as variáveis que definiam sua escravidão, isso que Baquaqua e outros escravos intentaram. Não almejavam negar a escravidão ou se isolar da sociedade, mesmo que fosse uma escravista. Fugiam, auxiliados, para refúgios que conseguiram levantar a fim de modificar suas escravidões, tornando-as menos distantes da sonhada liberdade.

## **Bibliografia**

ALGRANTI, Leila Mezan. O feitor ausente: estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro – 1808-1822. Petrópolis: Vozes, 1988.

BIOGRAFIA de Mahommad G. Baquaqua. Apresentação de Sílvia Lara. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 8, nº 16, 1988, p. 269-284.

CHALHOUB, Sidney. Machado de Assis, historiador (2ª impressão: 2007). São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

\_\_\_\_\_. Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990

DEBRET, Jean Baptiste. Viagem pitoresca e histórica ao Brasil. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1989, Tomo segundo.

GINZBURG, Carlo. O queijo e os vermes. São Paulo. Cia. das Letras, 1987.

GINZBURG, Carlo: "O inquisidor como antropólogo: Uma analogia e as suas implicações" in Revista Brasileira de História. São Paulo v.1 nº 21 p. 9-20. Set. 90 / fev. 91.

GINZBURG, Carlo. "Sinais: raízes de um paradigma indiciário" IN Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GÓES, Jose Roberto Pinto. O Cativo Imperfeito: um estudo sobre a escravidão no Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX. 1. ed. Vitória: Lineart, 1993. v. 2000. 214 p.

GOMES, Flávio dos Santos. Experiências transatlânticas e significados locais: idéias, temores e narrativas em torno do Haiti no Brasil Escravista. Tempo - Revista do Departamento de História da UFF, Niterói, v. 13, n. 1, 2002, p. 211.

GOMES, Flávio dos Santos e outros. No labirinto das nações: africanos e identidades no Rio de Janeiro, século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005,

GUEDES, Roberto. Autonomia escrava e (des)governo senhorial na cidade do Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX. In: Manolo Florentino. (Org.). Tráfico, cativo e liberdade (Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX). 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 229-283.

KARASCH, Mary C. A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850). Tradução Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LOVEJOY, Paul E. Identidade e a miragem da etnicidade: a jornada de Mahhomah Gardo Baquagua para as Américas. Afro-Ásia, nº 27, 2002, p. 9-39.

REIS, João José. Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835. Edição Revista e ampliada, São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SCHLICHTHORST, C. O Rio de Janeiro como é (1824-1826): uma vez e nunca mais: contribuições de um diário para a história atual, os costumes e especialmente a situação da tropa estrangeira na capital do Brasil; tradução de Emmy Dodt e Gustavo Barroso. Brasília: Senado Federal, 2000.

SLENES, Robert Wayne Andrew. Na Senzala, Uma Flor: Esperanças e Recordações Na Formação da Família Escrava (Brasil Sudeste, Século XIX). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SPIX, Johann Baptist von. Viagem pelo Brasil 1817-1820. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1981, vol. 1.

THOMPSON, E. P. “Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial” IN:  
THOMPSON, E.P. Costumes em comum. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. Folclore, antropologia e história social. In: As peculiaridades dos  
ingleses e outros artigos. Campinas: Editora da Unicamp, 2001, p. 227-267.